

Desenvolvimento excludente no município do Pilar - AL: uma análise retrospectiva das décadas de 1990 e 2000.

Andrea Gomes Santana de MELO (2); José Jenivaldo de M. IRMÃO (2);

(1) UNIT, Av. Murilo Dantas, nº. 300, bairro Farolândia, CEP: 49.032-490. Aracaju-SE, Tel.: 0800.729.2100. E-mail: andrea_al@bol.com.br

(2) IFAL/Campus-MD, Rua Lourival Alfredo, nº. 176, bairro Poeira, CEP: 57020-510. Marechal Deodoro-AL, Tel.: 3263-1400. E-mail: zeno@cefet-al.br

RESUMO

O trabalho analisou a contradição existente no município do Pilar –AL, detentor de índices elevados de pobreza, mas que possuem em seu território consideráveis complexos industriais e agrícolas, recursos hídricos estratégicos como a lagoa Manguaba e o rio Paraíba do Meio e beneficiário histórico de políticas públicas (federal, estadual, municipal) mas que não foram revertidas na melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Para tanto, os objetivos perpassam pela caracterização das suas estruturas econômicas, sociais e ambientais; análise crítica e histórica do seu modelo de desenvolvimento e suas consequências, além de identificar novas estratégias de ação para o município, sob a ótica da sustentabilidade. O método de investigação utilizado foi a pesquisa bibliográfica e documental, seguindo-se da pesquisa de campo com entrevistas semi-estruturadas em instituições públicas e privadas. A análise dos dados teve como base o Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, expressos através de gráficos e tabelas. Os resultados passaram pelos argumentos de que o desenvolvimento do município foi concentrador, excludente e priorizaram a vertente econômica em detrimento das dimensões do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Pobreza; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Estudiosos como FURTADO (1998) e ALMEIDA (1985), entre outros, em seus trabalhos sobre o Brasil e em particular sobre a região Nordeste, afirmam que o desenvolvimento econômico em bases capitalistas, visando ampliação e reprodução do capital investido, tende a criar ou aprofundar desigualdades em contextos periféricos do sistema. Esse parece ter sido o processo econômico ocorrido no país entre os últimos decênios do século XIX e a primeira metade do século XX, com a expansão do mercado a partir do Centro-Sul. Tal processo veio acentuar as desigualdades regionais, pois na medida em que a industrialização avançava, concentrava-se espacialmente, principalmente em São Paulo.

O Nordeste das primeiras décadas do século XX, possuía uma estrutura econômica baseada em duas vertentes agrícolas: a primeira, caracterizada pela exportação e a segunda, pela produção de bens de subsistência. Neste quadro, têm-se o aparecimento e o crescimento da pobreza, entendida como o suprimento inadequado ou insuficiente de requisitos diários para subsistência digna, tais como alimento, higiene, vestimenta, educação, transporte, moradia, saneamento, lazer, etc. (SUNKEL, 1986).

A partir da década de 1950, o Governo Federal colocou em prática uma série de projetos, objetivando modernizar a economia brasileira e a nordestina em particular, minimizando as desigualdades regionais. Nesse quadro, é constituída a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) tendo como principal diretriz a coordenação das políticas de desenvolvimento e investimento regionais, como geração de emprego e renda; industrialização; transformação da agricultura do Semi-Árido e Zona da Mata; redução do excedente demográfico e incentivo às exportações.

As diretrizes da SUDENE possibilitaram a estruturação do setor industrial no Nordeste, propiciando mudanças e melhoria do desempenho da economia nordestina, cujo PIB (Produto Interno Bruto) atingiu valores superiores ao do Brasil durante o período de 1970 a 1980, como atestam os dados de Veras (1993) mostrando o crescimento médio do PIB para o período de 1971/80, de 8,9 % (na década) para o Nordeste e 8,7% para o Brasil.

Todavia, os benefícios do crescimento econômico foram concentrados nas grandes capitais e suas respectivas áreas metropolitanas, como Salvador, Recife e Fortaleza; detentoras de infra-estrutura industrial e de serviços. Não favoreceram o meio rural, cujos serviços básicos de saúde, abastecimento de água, saneamento, habitação, educação, etc. continuaram precários, caracterizando um déficit intra-estrutural crescente.

São questões e inquietações que se aplicam na chamada Zona da Mata Alagoana e que vêm constituir objeto de interesse do presente trabalho, enfocando um dos seus municípios, submetido às situações descritas.

Neste contexto, o trabalho analisou a contradição existente no município do Pilar –AL, detentor de índices elevados de pobreza, mas que possui em seu território considerável complexos industriais e agrícolas, recursos hídricos estratégicos como a lagoa Manguaba e o rio Paraíba do Meio e beneficiário histórico de políticas públicas (federal, estadual, municipal) mas que não foram revertidas na melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Reduccionismo Econômico: as teorias de desenvolvimento dos anos de 1930 a 1970

As teorias de desenvolvimento elaboradas entre 1930 e 1970, tinham como pressuposto básico enfatizar a dimensão econômica, não tratando de outras dimensões e utilizando variáveis agregadas definidas nacionalmente, como poupança e investimento. Além disto, essas teorias foram formuladas por pesquisadores europeus e norte-americanos, que desconheciam detalhadamente a situação interna e as singularidades dos países em desenvolvimento. Ao considerarem apenas agregados nacionais, eles não consideraram problemas de interesse vital para os países em desenvolvimento, como a distribuição de renda.

Um modelo muito discutido no período foi o do economista Rostow, segundo Ackley (1989), ele lançou na década de sessenta, um modelo de crescimento econômico para ser aplicado em qualquer país, caracterizado de “etapas do crescimento econômico”, assim estabelecidas: a) a sociedade tradicional; b) o estágio de transição; c) as condições para o deslanche (take-off); d) o deslanche; e) o impulso para a maturidade; f) o estágio de alto consumo de massa. Os países deveriam reconhecer-se em algum ponto da hierarquia das etapas, sendo que os países desenvolvidos industrialmente, em algum momento de sua história teriam ultrapassado o terceiro estágio (deslanche).

O teórico Colman (1983) critica esse modelo em função da ausência de maiores explicações quanto ao fim ou início das etapas e quanto à questão da transição de uma condição anterior para outra. Assim, os países latinos americanos (sociedades em desenvolvimento tais como o Brasil), teriam como etapa obrigatória passar por um estágio intermediário de desenvolvimento, para atingir um estágio de sociedade moderna, permeada por parques industriais. Para isto, deveriam reproduzir as diversas etapas de crescimento econômico e as transformações sociais atingidas pelos países ricos (centrais), como Estados Unidos, Inglaterra, etc., em seus territórios.

A necessidade de ruptura do paradigma economicista: o Desenvolvimento Sustentável

Autores como Sachs (1986: 38) afirmam que um dos equívocos do processo de crescimento econômico foi associar a idéia de desenvolvimento à de crescimento. Assim, as teorias não definiram finalidades compatíveis com um processo de desenvolvimento, concentraram-se no aumento da oferta de bens e serviços, relegando para segundo plano, questões como grau de satisfação das necessidades sociais reais da população.

Uma sucinta retrospectiva da construção e evolução do conceito de Desenvolvimento sustentável revela que, apesar de outros eventos terem sido realizados, no início do século XX, um deles merece destaque. Trata-se das discussões pelo Clube de Roma, em 1968, enfocando o meio ambiente e propiciando em 1971 a publicação do “relatório Meadows”. O estudo foi importante por despertar a consciência mundial para o caráter finito da Terra e dos seus recursos naturais e para estabelecer limites para o crescimento.

Em 1987, foi lançado o Relatório Brundtland denominado de “Nosso Futuro Comum”, analisando os principais problemas mundiais com vista a soluções globais. No período surge o conceito de Desenvolvimento Sustentável, significando o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. Em 1992 ocorreu na cidade do Rio de

Janeiro a Eco-92, culminando com relatório sobre meio ambiente e desenvolvimento e uma agenda ambiental para o século XXI.

Na concepção de outro desenvolvimento – o sustentável - Sachs (1986:133) considera o Estado como o agente que deve realizar a manutenção do equilíbrio entre o curto e o longo prazo, harmonizando os objetivos sociais, econômicos e ecológicos e mantendo suas funções alocativas, produtivas e de redistribuição da riqueza. Contudo, deve iniciar um processo de valorização dos espaços locais, concedendo autonomia para ações de desenvolvimento.

A origem do modelo enfocando o espaço local integrado reporta-se a outro conceito utilizado há algumas décadas, particularmente nos anos 1950 pela ONU - o Desenvolvimento de Comunidade, pensado como uma forma de integrar os esforços da população local aos planos regionais ou nacionais de desenvolvimento econômico e social. O modelo é definido, segundo Ammann (1992) como um processo através do qual os esforços da população se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar suas condições econômicas, sociais e culturais, integrando-se na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país.

Nos anos 90, o modelo de desenvolvimento local é retomado com novos conceitos e aplicações. Considerando-se um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representando uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

O desenvolvimento local requer alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo. Do contrário, o mais provável é que as mudanças geradas desde o exterior não se traduzam em efetiva melhora e não sejam internalizadas na estrutura social, econômica e cultural local ou municipal, desencadeando a elevação das oportunidades, o dinamismo econômico e aumento da qualidade de vida de forma sustentável. As experiências bem-sucedidas deste modelo decorrem quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade, em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento.

METODOLOGIA

A) Área de Estudo

O município de Pilar - AL localiza-se na micro-região de Maceió, no Estado de Alagoas, limitando-se ao norte com o município de Atalaia, ao sul com Marechal Deodoro; a leste com Rio Largo e a oeste com Boca da Mata. Possui uma área de 249 Km², distando 36 km de Maceió. Com altitude em torno de 130 metros no tabuleiro a 9 metros na planície flúvio-lagunar, tem como principais vias de acesso às rodovias BR 01, BR 316 e AL 407. (LINS, 2006, p. 22). É banhado pela laguna Manguaba e pelas bacias hidrográficas dos rios Sumaúma e seus afluentes, Paraíba do Meio e seu afluente Tangi e riacho da bacia do complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba, sendo o principal - o rio Paraíba do Meio, que drena uma área de 190 Km². O clima megatérmico sub-úmido com excedente hídrico no inverno e deficiência no verão com temperaturas médias superiores a 24 C e precipitação superior a 1.300 mm. Na área da geologia, situa-se no domínio dos sedimentos da Bacia de Alagoas e rochas cristalinas. Na área mineral, destaca-se o gás natural e o petróleo. Seu relevo compreende dois compartimentos: um baixo planalto sedimentar e a planície flúvio-lagunar.

B) Desenho da pesquisa

O estudo é de natureza transversal, com um corte temporal entre os anos de 1991-2000, correspondentes ao período de elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano e seu índice, o IDH-M, que permitiu visualizar as variáveis ao nível de desagregação territorial do município, possibilitando uma imagem detalhada do seu quadro social e econômico.

O método de investigação utilizado foi pesquisa bibliográfica e documental, abordando conceitos como desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável (e suas dimensões: social, econômica e

ambiental) e desenvolvimento local integrado e sustentável. Em seguida, embasou a caracterização do contexto do trabalho – o município de Pilar – AL.

A pesquisa de campo foi construída em etapas, partindo da elaboração dos instrumentos de coleta de dados, um questionário semi-estruturado, a fim de esclarecer aspectos pertinentes às ações dos agentes sociais que não puderam ser detectados em documentos, sendo as questões divididas em três blocos: relativos aos contextos econômico, social e ambiental. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados por sua representatividade na condução de ações oficiais e não oficiais no município, divididos em governamentais, ONGs e Empresários. A análise dos dados teve como base o Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, expressos através de gráficos e tabelas.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O município de Pilar - AL: economia e desigualdade.

A população urbana no município é predominante, com 90,27% no ano de 2000 (tabela 01). A variação do crescimento da população entre 1991 e 2000 (último Censo Demográfico) foi de apenas 6,66%. A estimativa do IBGE da população em 2005 indicava 32.421 habitantes, indicando uma variação de 3,91% em relação 2000.

Tabela 01: População por situação de domicílio no município de Pilar - AL, 1991 e 2000.

	1991	2000
População Total	29.254	31.201
Urbana	22.248	28.166
Rural	7.006	3.035
Taxa de urbanização	76,05%	90,27%

Fonte: PNUD, 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas>

A problemática municipal passa pela absorção desse contingente urbano na economia do município que tem como elemento básico a produção de petróleo e gás a partir da estatal Petrobrás, com investimentos na ordem de R\$ 75 milhões na Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), com capacidade de processar 2 milhões de m³ por dia, comercializado para Alagoas e Pernambuco, além de repassar ao cofre municipal um montante de R\$ 4,3 milhões ao ano a termo de royalties.

Existe um pequeno distrito industrial instalado, com pequenas empresas, algumas no ramo de alimentos oriundos da agricultura ou pescado. O Setor de serviços aparece via turismo praticado na lagoa Manguaba e comércio varejista. O município teve um empreendimento industrial importante para a dinâmica local, a usina Terra Nova, porém está desativada há algum tempo. A agregação das atividades provoca uma situação paradoxal: o Produto Interno Bruto *per capita* anual possui valores superiores aos do Estado de Alagoas e região Nordeste (tabela 02), apesar de mais de 60% habitantes terem um elevado grau de pobreza (tabela 03), indicando concentração da renda e desigualdade social.

Tabela 02: PIB per capita do município de Pilar - AL, 2000 a 2003 (em R\$).

	2000	2001	2002	2003
Pilar	2.293	2.902	3.255	5.358
Alagoas	2.471	2.631	3.012	3.505
Nordeste	3.014	3.255	3.694	4.306
Brasil	6.473	6.954	7.631	8.694

Fonte: LINS (2006), com base no IBGE (2005).

Tabela 03: Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade para o município de Pilar - AL, 1991 e 2000.

	1991	2000
Renda per capita média (R\$ de 2000)	81,9	89,0
Proporção de Pobre (%)	73,1	68,5
Índice de Gini	0,52	0,54

Fonte: PNUD, 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas>

Analisando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), cujos dados são apresentados na tabela 04 abaixo, pode-se confirmar as observações anteriores: o perfil da renda foi pouco alterado entre 1991 e 2000, apesar dos inúmeros tipos de empreendimentos na localidade e uma massa de expressiva de recursos aplicados via intervenções governamentais oriundos dos royalties e transferências de outras esferas de governo. O contexto das ações empresariais e políticas não foram contundentes ao ponto de romper a concentração da renda e minimizar os privilégios da classe dominante. Por outro lado, os indicadores de educação e de longevidade melhoraram sensivelmente, devido a investimentos em infra-estrutura e dependência de programas federais como: Programa de Saúde da Família (PSF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

De fato, observa-se que, no período 1991-2000, o IDH-M de Pilar - AL cresceu 21,53%, passando de 0,497 em 1991 para 0,604 em 2000, atingindo um médio desenvolvimento. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 35,46%, seguida pela Longevidade, com 27,05%. Entretanto, a renda, por sua vez, elevou-se discretamente em 2,76%.

Tabela 04: Índice de Desenvolvimento Municipal para o município de Pilar - AL, 1991 e 2000.

	1991	2000
IDH-M	0,497	0,604
Educação	0,485	0,657
Longevidade	0,499	0,634
Renda	0,508	0,522

Fonte: PNUD, 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas>

A insustentabilidade do desenvolvimento do Pilar - AL: a percepção dos atores sociais

Os dados obtidos pelas entrevistas complementam as informações do PNUD, onde as questões versaram, sobre a função dos atores sociais no desenvolvimento do município, os recursos materiais e financeiros; os programas previstos ou implementados; quais os critérios e justificativas dos programas, as integrações e parcerias existentes, além dos aspectos relativos aos recursos hídricos e à pobreza.

A iniciativa privada do município é totalmente alijada dos processos de formulação dos programas e projetos implementados a nível de políticas públicas para o desenvolvimento. A sua estrutura é formada por micro e pequenos negócios, todos de caráter familiar, possuindo poucos funcionários, aproveitando as pequenas possibilidades existentes no ramo do varejo, da pecuária de corte e leite, da agricultura e turismo. Todos os entrevistados pertencentes ao grupo da iniciativa privada alegaram que não são convocados a participar ou criar alguma ação de desenvolvimento. Informam que não existiam parcerias com a Prefeitura, a não ser para alguma ação pontual e de curto prazo.

A exceção fica por conta da Petrobrás, pois além de repasses mensais de recursos, acima de R\$ 4 milhões de royalties para a municipalidade, tem um programa voltado para a comunidade, denominado Programa Jovem

Aprendiz, com jovens selecionados através de organizações da sociedade civil vinculadas ao cadastro único do governo federal, que vivem em situação de risco social. Durante os dois anos no programa, eles possuem carteira assinada, cumprem jornada máxima diária de quatro horas e recebe salário mínimo integral, tíquete refeição, 13º salário, férias coincidindo com as do calendário escolar, vale transporte, FGTS e assistência previdenciária. Um segundo projeto da estatal é um convênio com SEBRAE – AL para estimular e viabilizar a inserção de micro e pequenas empresas alagoanas da Cadeia Produtiva do PVC, Petróleo e Gás Natural no mercado nacional.

Os atores oficiais (Município e Estado) de uma forma geral argumentam que para atingir os objetivos propostos nas ações de desenvolvimento necessitariam superar limitações de recursos materiais e humanos, se desdobrando em limitações institucionais, políticas e orçamentárias. Eles declaram a reduzida prioridade da esfera Federal, que não mantém instalações físicas no município, alegando dificuldades orçamentárias, restringindo a execução e o nível de cobertura dos projetos. Neste contexto é comum o uso de banco de dados com falhas de informações, tecnologias inadequadas e não realizarem cooperações técnicas entre as instituições.

As secretarias municipais de Pilar - AL, o governo do Estado de Alagoas e a Agência Nacional das Águas – ANA, possuem uma parceria no contexto hídrico, particularmente no Plano de Gestão Integrada do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú/Manguaba, buscando avaliar as potencialidades e os problemas ambientais da região e elaborar conjuntamente programas para a recuperação do Complexo. Em função das condições degradantes no âmbito ambiental do complexo, conduzindo ao limite de sua sustentabilidade.

Na visão da ANA (2007) os problemas ambientais passam por poluição hídrica (esgotos domésticos e despejos industriais); contaminação do solo e do lençol freático; assoreamento acelerado dos rios, lagoas, canais e barra, com deposição de sedimentos; queima, corte e aterro de manguezais; redução dos estoques e contaminação dos pescados; parcelamento inadequado do solo e construções impróprias na orla lagunar.

Em relação à discussão da pobreza municipal, a partir dos argumentos dos organismo da sociedade civil, órgãos oficiais e iniciativa privada, observa-se uma dependência da localidade quanto aos programas do governo Federal de transferência de renda, como Bolsa Família ou Previdência Social. Elementos denominados de “economia sem produção”, onde uma parcela da população é beneficiada por uma transferência de recursos, sem existir a contrapartida de prestação de serviços produtivos.

O programa Bolsa Família, segundo Carvalho (2005), representa a unificação de todos os benefícios sociais federais (Bolsa escola, Bolsa alimentação, Cartão alimentação e o auxílio gás) com valores per capita máximos de R\$ 100,00. O Estado de Alagoas é um dos que mais se beneficiam do programa, com transferências anuais de R\$ 200 milhões por ano, tendo 240 mil famílias beneficiadas. O município do Pilar - AL (tabela 05) não poderia ser diferente, com mais de 3.835 famílias consideradas pobres, ou seja, 47,73% do total das famílias da localidade.

Tabela 05: Programas Sociais para o município de Pilar - AL, 2006.

	Famílias	R\$ (mês)
Famílias no município	8.034	-
Famílias pobres	3.835	-
▪ Bolsa Família	3.401	205.762,00
▪ Outros programas	2.092	33.910,00
Atendidas (%)	88,7%	239.672,00

Fonte: LINS (2006), com base no Ministério do Desenvolvimento Social (2006).

Os recursos da Previdência Social, na forma de aposentadorias, particularmente em uma localidade que possui uma elevada concentração de renda e desigualdade social como o município do Pilar, seus repasses em 2003 foram no montante de R\$ 9.690.291,97 de acordo com Lins (2006). O valor é superior a Receita

Tributária de R\$ 410.322,51 e ao Fundo de Participação Municipal – FPM com R\$ 5.839.865,61. Os recursos sociais contribuem para minimizar a pobreza, pois a destinação dos recursos é para gastos de consumo, condição favorável ao dinamismo do comércio local. Para as famílias das zonas rurais, chega a representar o único fluxo financeiro seguro para os domicílios, em contrapartida a renda instável oriunda de safras agrícolas.

As formas de minimização das dificuldades causadas pela pobreza deveriam passar pela questão da integração dos esforços dos agentes sociais do município. Assim, não deveria haver ações isoladas, mas ações em cooperação entre: Governo Federal, Estado, Município, sociedade civil e iniciativa privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa de realizar um trabalho de pesquisa em uma região como a Zona da Mata alagoana, detentora de um patrimônio ambiental importante e um número considerável de empreendimentos empresariais, seria encontrar condições para se atingir qualidade de vida, já que os discursos oficiais para legitimar as dificuldades das regiões nordestinas estão referenciados, entre outros aspectos, nas restrições de emprego, renda e elementos naturais com déficits constantes como no sertão brasileiro.

Na análise do município do Pilar - AL, verificou-se que este discurso para justificar a desigualdade não se sustenta: o problema não é apenas o acesso a recursos naturais como a água, matas e precipitações pluviométricas regulares, tão pouco o perfil comercial, industrial e o nível de atuação das políticas públicas na comunidade, mas sim o direcionamento destes aspectos, que quando existem são concentrados, excludentes e priorizam a vertente econômica em detrimento do desenvolvimento humano.

Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no ano de 2000 com 0,604, colocam Pilar entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), porém não denota o seu real grau de dificuldade, pois em relação aos outros municípios do Brasil, ocupa a 4585ª posição, ou seja, existem 4584 municípios (83,2%) em situação melhor. Pode-se afirmar que o desenvolvimento médio de Pilar se fez através de recursos exógenos, relegando a sociedade a um quadro passivo, apenas de beneficiários, desprezando a potencialidade dos recursos naturais, como lagoa Manguaba e rio Paraíba do Meio e gerando um processo de crescimento sem distribuição de renda, terras e criação de empregos.

Neste contexto, a forma de proporcionar o desenvolvimento sustentável ao município de Pilar - AL deveria passar pela questão da integração dos esforços dos agentes sociais do município. Assim, não poderia haver ações isoladas, mas ações em cooperação entre: Governo Federal, Estado, Município, sociedade civil e iniciativa privada; fruto de um processo de metodologia participativa, onde todos os agentes sociais realizariam seus diagnósticos, identificando potencialidades, escolhendo vocações e elaborando planos integrados de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ACKLEY, Gardner. **Teoria macroeconômica**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

ALMEIDA, Rômulo. **Nordeste: desenvolvimento social e industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq. Série estudos do Nordeste; v.18. 1985

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 8ª. Ed. – São Paulo –SP: Cortez, 1992.

ANA – Agência Nacional das Águas. **Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú/Manguaba – CELMM**. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/celmm/apresentacao.asp>.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2005.

COLMAN, David. **Desenvolvimento econômico**: uma perspectiva moderna. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Campus; 1983.

FURTADO, Celso. Nordeste: o tempo perdido. **Revista Ciência Hoje**. São Paulo, v. 3, n.º 8, p.18-24, maio /junho de 1985.

IBGE. **Base estatcart de informações municipais**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2003 1 CD-ROM.

LINS, Stefani Brito (Coord.). **Enciclopédia - Municípios de Alagoas**. Maceió-AL: Instituto Arnon de Mello, 2006.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>.

SACHS, Ignacy. **Espaço, tempo e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice; 1986.

SUNKEL, Osvaldo. **A Crise da América Latina**: dívida externa e empobrecimento. São Paulo: L&PM Editores, 1986.

VERAS, Edimilson Correia. **A SUDENE e o Desenvolvimento Agrícola do Nordeste no período 1960 a 1980**. Campinas-SP: Unicamp. Instituto de Economia, tese de doutorado, 1993.